

CAMPANHA SALARIAL E SOCIAL/ 2026

Nosso objetivo é claro: garantir o aumento real e a reposição integral da inflação. **PÁGINA 03**

FESTA DO TRABALHADOR

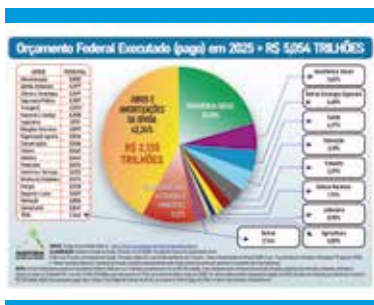
MÊS DO TRABALHADOR

DIA 03/05/2026
NO CLUBE DE CAMPO - DAS 9H ÀS 16H

SHOWS E SORTEIOS DE
BRINDES PARA ASSOCIADOS



Os ônibus sairão da Sede do SindiQuímicos, um às 8h da manhã e o segundo às 9h, ambos passarão pelo Supermercado Comercial Esperança, no bairro São João, para possíveis embarques. Contamos com a presença de todos, e pedimos que sigam todas as regras de saúde e estadia do Clube de Campo. A entrada é gratuita para associados e seus dependentes legais. Convidados dos associados, pagarão uma taxa única de R\$ 58,00.



A farra dos Juros

PÁGINA 08 E 09

NR-1
Saúde Mental

PÁGINA 06



IRPF/2026
Quem deve declarar?

PÁGINA 07



PAPO SÉRIO

COM ANTONIO SILVAN OLIVEIRA, presidente do SindiQuímicos Guarulhos, CNTQ (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Químico) e vice-presidente da Fequimfar

Luta por Direitos

Avanços e Desafios para a Classe Trabalhadora

As recentes negociações com o setor farmacêutico exigem um enorme esforço da nossa bancada trabalhadora. Nosso objetivo é claro: garantir o aumento real e a reposição integral da inflação. Enfrentamos momentos de impasse, nos quais o patronal, como de costume, apresenta propostas que representam um retrocesso do que foi negociado e conquistado por nós ao longo dos anos.

Mantivemo-nos firmes em nossos princípios. Contra-argumentamos de forma contundente, deixando explícito que qualquer tentativa de retrocesso ou perda de direitos já conquistados está fora de cogitação.

O Papel Indispensável do Sindicato

Diante disso, deixo uma verdade para você, trabalhador(a): sem a atuação incansável do Sindicato e de toda a sua estrutura, a realidade seria outra. Sem a união da categoria, muitos estariam sujeitos a ganhar apenas o salário mínimo. É o Sindicato dos Trabalhadores que busca uma remuneração acima do salário mínimo. Os discursos de políticos financiados por grandes empresas, que vendem a ideia de que a negociação direta entre patrão e empregado é uma “modernização”, não passam de uma armadilha perigosa. O poder econômico de uma empresa contra um trabalhador que depende do emprego para sustentar sua família é uma covardia imensurável. O Sindicato é a união de todos os trabalhadores (as) de uma categoria, somando forças para equilibrar essa disparidade de poder e negociar o melhor, dentro da nossa realidade, para todos. Fortaleça seu Sindicato!

Cenário Econômico: Conquistas e Armadilhas

Quando falamos em salário, estamos

falando, objetivamente, de economia e poder de compra. Nesse sentido, tivemos uma vitória importante: a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para salários de até R\$ 5 mil e a redução gradativa para quem ganha até R\$ 7.350,00 (confira matéria na página 07). Essa medida promete aquecer a economia, tanto local quanto nacional.

No entanto, essa conquista enfrenta um inimigo cruel: a taxa de juros, que continua em patamares altíssimos. Como publicamos nesta edição (páginas 8 e 9), é possível ter clareza da “farra dos juros altos”. Quase 50% do orçamento do Governo Federal é destinado ao pagamento de juros para os bancos. Não é de hoje que batemos nessa tecla, e continuaremos firmes até que esse absurdo seja corrigido.

Outra situação que lamentamos é a “solução” vergonhosa dada pelo governo à questão dos empréstimos consignados. A farra está montada: de um lado, o governo se vangloria com números de contratação; do outro, os bancos comemoram lucros recordes com uma carteira de crédito “super garantida”. No meio, fica o trabalhador, seduzido pela

regra, que existe desde 2024, mas foi empurrada para maio deste ano com o apoio de políticos a serviço do empresariado, obriga as empresas a mapear e combater os riscos psicossociais no trabalho — ou seja, tudo aquilo que pode adoecer a mente no ambiente laboral (estresse, assédio, metas abusivas, sobrecarga). Vamos cobrar dos patrões o cumprimento da NR-1. A negligência do patrão não pode custar a saúde do trabalhador.

O Poder no Congresso e a Força que Precisamos

Ao ler este editorial, você deve ter percebido que afirmo, por diversas vezes, a existência de políticos — vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores — que estão a mando dos empresários e patrões. O Congresso Nacional se divide, grosso modo, da seguinte forma, segundo o DIEESE/DIAP:

- **Bancada do Agro:** 290 deputados federais e 50 senadores.
- **Bancada Evangélica:** Entre 189 e 196 parlamentares signatários.
- **Bancada da Bala:** Cerca de 48 deputados (policiais e militares).
- **Bancada dos Trabalhadores:** Aproximadamente 48 parlamentares.

Perceba a triste realidade: o número de parlamentares que defende você, trabalhador, é muito menor. Temos que mudar isso e eleger candidatos que se comprometam com as pautas da classe trabalhadora. Tivemos exemplos recentes e dolorosos do que acontece quando entregamos o poder a quem defende o patrão: a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. Vamos continuar deixando nas mãos dos defensores dos patrões o poder de decidir o que é ou não melhor para os trabalhadores?

facilidade do dinheiro rápido, que pode acabar penhorando não só o seu salário, mas o seu futuro. Informação é a única arma contra essa armadilha. Calcule, pesquise, desconfie e, acima de tudo, lembre-se: crédito não é renda extra, é dívida. E dívida, uma hora, sempre chega para cobrar.

Dever de Casa: O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são instituições públicas, com controle acionário da União. Teoricamente, deveriam atuar como instrumentos de política econômica e social, puxando para baixo as taxas de juros e forçando a concorrência a ser mais justa. Na prática, o que se vê é uma conduta de mercado idêntica à dos “lobos da Faria Lima”, com lucros bilionários que engordam os cofres do Tesouro, mas que são sustentados por juros extorsivos cobrados de quem mais precisa (confira matéria na página 10).

Saúde do Trabalhador: Prazo Final para a NR-1

Entre a isenção do imposto de renda e os juros altos, temos também um prazo final importante: 26 de maio de 2026 é a data limite para as empresas se adequarem à nova redação da NR-1. A nova

CAMPANHA SALARIAL: Conquistas que valorizam a Categoria



Com a graça de Deus e a força da organização sindical, demos continuidade às negociações que garantem avanços para os trabalhadores. Após a campanha salarial do Setor Químico (data-base 1º de novembro/2025), seguimos com as negociações do Setor Farmacêutico (data-base 1º de abril/2026) e do Setor Plástico (data-base 1º de novembro).

Na campanha dos Químicos 2025, alcançamos importantes vitórias: Aumento real, superando a inflação; PLR (Participação nos Lucros e Resultados); Cesta básica / Vale-alimentação; Manutenção e continuidade das negociações coletivas das cláusulas sociais. Confira as demais setores Negociados e em negociação

SETOR PLÁSTICO/GUARULHOS – AVANÇOS

As empresas do setor plástico que não possuem acordo coletivo com o SindiQuímicos foram notificadas e receberam a circular com a Convenção Coletiva em vigor. Essas empresas devem aplicar o reajuste com retroatividade à data-base (1º de novembro/2025), respeitando todas as cláusulas econômicas e sociais.

Trabalhador(a) do setor plástico: se você ainda não recebeu o reajuste ou tem dúvidas sobre seus direitos, entre em contato conosco pelo nosso WhatsApp: (11) 9.7481-7636. Estamos aqui para garantir que seus direitos sejam cumpridos!

O que conquistamos:

REAJUSTE SALARIAL:

4,49% (aplicado sobre os salários de 31/10/2025, com vigência a partir de 1º/11/2025)

SALÁRIO NORMATIVO:

Empresas com até 50 funcionários: R\$ 2.507,76
Empresas com mais de 50 funcionários: R\$ 2.612,25

PLR:

Até 30 funcionários: R\$ 633,19
De 31 a 50 funcionários: R\$ 813,25
Mais de 50 funcionários: R\$ 1.344,00

Forma de pagamento da PLR:
Em duas parcelas iguais (1ª até 30/04/2026 e 2ª até 30/09/2026) ou, a critério da empresa, em parcela única até 30/06/2026.

Importante: o desconto de 5% sobre a PLR será destinado ao sindicato laboral, fortalecendo a representatividade e a luta por novas conquistas.

SETOR FARMACÊUTICO – EM NEGOCIAÇÃO

Com data-base em 1º de abril, seguimos firmes nas negociações.

NOSSAS PAUTAS INCLUEM:

REAJUSTE SALARIAL:

100% do INPC/IBGE + 3% de aumento real;

PISO SALARIAL:

R\$ 3.260,00 (com o mesmo percentual de reajuste);

PLR:

Equivalente a 2 salários normativos;

Cartão alimentação / Cesta básica: R\$ 850,00;

Acesso gratuito a medicamentos;

Igualdade salarial entre mulheres e homens (Lei nº 14.611/2023);

Prevenção ao feminicídio e enfrentamento à violência contra a mulher.

A força do Sindicato: equilíbrio e conquistas

É fundamental que cada trabalhador e trabalhadora compreenda o papel essencial do Sindicato no equilíbrio entre trabalho e capital. Seja no esforço braçal ou intelectual, o suor e a dedicação de cada um merecem ser valorizados com reajuste digno, participação nos lucros, benefícios e respeito. Quem está na linha de frente dessa luta é o Sindicato.

“Sem a atuação do Sindicato, não haveria piso salarial e nem PLR. Estaríamos todos nivelados pelo salário mínimo.” Antonio Silvan Oliveira

EXPEDIENTE

InformeQuim - Jornal do SindiQuímicos - Publicação do Departamento de Comunicação do STI Químicas, Farmacêuticas, Abrasivos, Material Plástico, Tintas e Vernizes de Guarulhos, Mairiporã, Caieiras, Franco da Rocha, Bom Jesus dos Perdões, Nazaré Paulista, Igaratã e Francisco Morato. **FILIADO À FORÇA SINDICAL, FEQUIMFAR E À CNTQ**

DIRETOR RESPONSÁVEL
Antonio Silvan Oliveira
presidencia@sindiquimicos.org.br

REDAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Antônio Carlos de Jesus
comunicao@sindiquimicos.org.br

Sede SindiQuímicos
Rua Francisco de Paula Santana, 123 Macedo
2463-9090

Redação:
Rua Iraci Santana Santana, 45 - Macedo
2463-9090

As opiniões e informações contidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

www.sindiquimicos.org.br

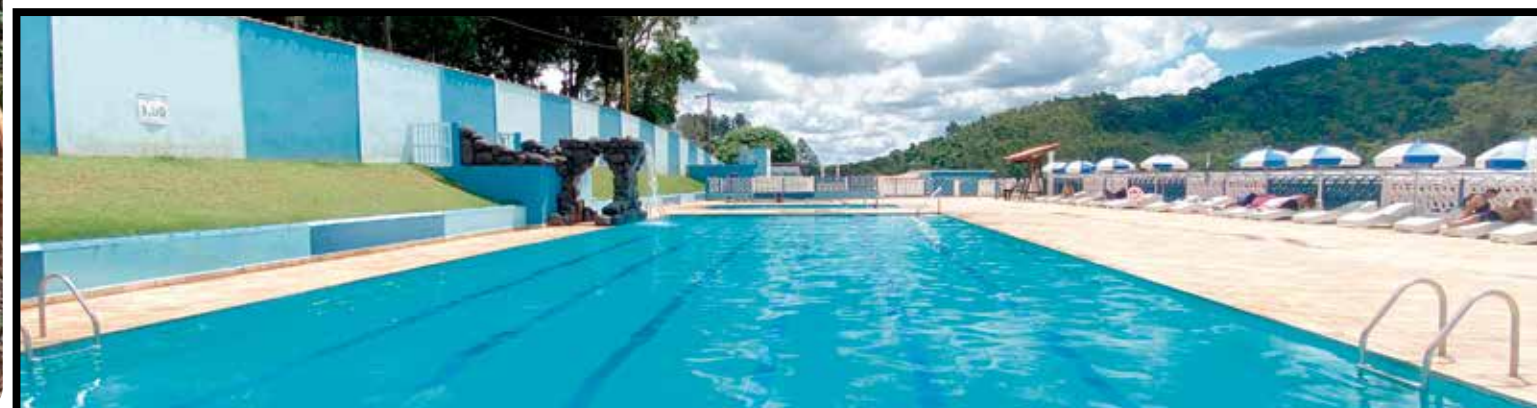


Clube de Campo



Quer aproveitar momentos de descanso e diversão com segurança e conforto? Venha fazer parte do SindiQuímicos, sindicato que valoriza a saúde, o lazer e a integração familiar. Compartilhe essa oportunidade com seus colegas e familiares e venha desfrutar de tudo o que o Clube de Campo tem a oferecer!

Trilha ecológica



- PARQUE AQUÁTICO
- TIROLESA
- BERÇÁRIO

- LAGO
- AMPLO ESTACIONAMENTO
- CHURRASQUEIRAS COBERTAS

- CHURRASQUEIRAS VIP - R\$ 70,00
- QUADRA POLIESPORTIVA
- QUADRA SOCIETY DE AREIA

Visitante no Clube de Campo (acompanhante de associado não dependente) R\$ 58,00 - Churrasqueiras VIP no Clube de Campo R\$ 70,00

APARTAMENTOS Clube de Campo



Os apartamentos do Clube de Campo entram em fase de acabamento. São 20 unidades especialmente planejadas para receber os associados do Sindicato dos Químicos de Guarulhos.

Em breve, você e sua família poderão desfrutar de uma experiência única, em um ambiente saudável, cercado pela beleza natural da Serra da Cantareira.

O presidente do Sindicato, Antônio Silva Oliveira, destaca que essa conquista é resultado do trabalho dedicado da diretoria e da confiança que os trabalhadores depositam em sua gestão. *“Os avanços que conseguimos, mesmo diante das dificuldades, na ampliação dos espaços de lazer para a categoria, são fruto de uma administração focada e comprometida com os associados”*, afirma.



Instalado em uma extensa área verde da Serra da Cantareira, na Estrada do Saboó, s/n, em Mairiporã, o Clube de Campo do SindiQuímicos é um local em que o trabalhador (a) pode se divertir e curtir o lazer com a família e amigos.

NR-1 – SAÚDE MENTAL

Guarde essa data: 26 de maio de 2026. É o prazo final para o patrão parar de fingir que não vê e começar a agir. A nova lei (a famosa NR-1) agora obriga as empresas a tratar o assédio, a pressão por metas e as jornadas absurdas com a mesma seriedade que tratam um chão de fábrica escorregadio ou uma máquina sem proteção.

E não é para menos. Os números de trabalhadores e trabalhadoras adoecendo por ansiedade, depressão e esgotamento explodiram de um jeito que não dá mais para ignorar. Isso não é “frescura”. “É uma crise silenciosa que está tirando gente do trabalho e, nos casos mais graves, destruindo vidas. O Sindicato está aqui para te mostrar o tamanho desse problema e como vamos usar essa nova regra para proteger a nossa gente”, afirma Nelsão, diretor do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalhador.

É **vergonhoso**: o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, estuda novo adiamento da regra sobre saúde mental no trabalho.

“Estou aberto a repensar a entrada em vigor em 26 de maio se a demanda vier organizada”, disse ele. “Mas quando adiamos ano passado, não era para as empresas esperarem passar os 12 meses para começarem a se preparar”, afirmou o ministro em entrevista realizada no dia 13 de março durante encontro no Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado (Sescon-SP).

O SindiQuímicos Guarulhos se manifesta contrário a um novo adiamento e repudia a atitude do ministro de se curvar às pressões do setor empresarial. O adiamento pune os trabalhadores em risco psicossocial e, com certeza, impacta no INSS.

PAPEL DO SINDICATO:

FISCALIZAÇÃO NA BASE:

Vamos cobrar dos patrões o cumprimento da NR-1. Nada de novo adiamento!.

NEGOCIAÇÃO:

Nas Convenções e acordos coletivos, vamos fortalecer as cláusulas que limita metas abusivas, garantir pausas dignas, lutar por jornada digna.

APOIO AO TRABALHADOR:

Se você está sofrendo, o Sindicato está aqui. Vamos orientar sobre a emissão da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), o afastamento pelo INSS e a estabilidade no retorno. Lembre-se: adoecimento mental pode e deve ser reconhecido como acidente de trabalho!

O PRAZO FINAL: Maio de 2026

A nova regra existe desde 2024, mas o patronal, como sempre, chorou. Conseguiu um “ano de adaptação” só para ele, empurrando a fiscalização com a barriga.

O QUE MUDA?

A lei obriga a empresa a mapear e combater os riscos psicossociais. Esse nome bonito quer dizer tudo que adoce a mente no trabalho, como:

ANTES DE 26 DE MAIO DE 2026:

FISCALIZAÇÃO: Só orientação

MULTAS: Zero

RISCO PARA O PATRÃO: Baixíssimo.

DEPOIS DE 26 DE MAIO DE 2026:

Fiscalização: Dura.

Multas: De R\$ 4 mil a R\$ 100 mil, dependendo da situação

Risco para o patrão: Altíssimo. Além da multa, a conta chega na justiça e no bolso (aumento do seguro contra acidente de trabalho, o FAP).

Retrato do Adoecimento

Dados do INSS mostram uma escalada assustadora

Ano	Afastamentos por Transtornos Mentais	Crescimento
2023	219.850	-
2024	472.328	+114%
2025	546.254	+15,7%

Entre 2023 e 2025, o número de trabalhadores e trabalhadoras que precisaram se afastar do trabalho por questões mentais deu um salto de 148%

CASOS RECORRENTES:

A Ansiedade (40% dos casos): aquela sensação constante de aperto no peito, de que algo ruim vai acontecer, a insônia. Em 2025, foram mais de 157 mil afastamentos.

A Depressão (46,5% dos casos): a perda de sentido, o cansaço que não passa a tristeza profunda. Só em 2025, a depressão

(somando todos os tipos) tirou do trabalho mais de 182 mil companheiros.

O Burnout (esgotamento profissional): o famoso “pirou” de vez. Os casos triplicaram em dois anos, chegando a quase 7 mil afastamentos só em 2025. É o corpo dizendo “chega!” depois de tanta pressão.

OS NÚMEROS ESCANCARAM A DESIGUALDADE:

MULHERES: São a maioria esmagadora, representando quase 70% dos afastamentos. A dupla (ou tripla) jornada, a pressão estética e profissional, o assédio...

IDADE: A faixa dos 40 aos 49 anos é a mais atingida. É o auge da vida produtiva, mas também o acúmulo de anos de exploração e responsabilidade.

REGIÃO: O Sudeste concentra a maioria, com São Paulo na liderança negativa: mais de 107 mil casos.

IMPOSTO DE RENDA 2026: tire as dúvidas sobre a declaração

A temporada de declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2026 (16 de março a 29 de maio de 2026) está prestes a começar, e este ano exige atenção redobrada dos contribuintes. Isso porque as novas regras de isenção — que beneficiam quem ganha até R\$ 5 mil mensais — entraram em vigor apenas em janeiro de 2026, o que significa que a declaração entregue agora (ano-base 2025) ainda segue as regras antigas.

A seguir, entenda quem precisa declarar como fica a situação de quem foi isento ou teve redução do imposto, os prazos para acertar as contas com o Leão e os cuidados para não cair na malha fina.

Quem precisa declarar?

A declaração refere-se aos rendimentos obtidos em 2025.

Precisa declarar quem em 2025:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 (valor aproximado, aguardar oficialização da Receita);

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil;

Obteve ganho de capital na alienação de bens ou direitos;

Realizou operações em bolsas de valores;

Teve posse ou propriedade de bens de valor total superior a R\$ 800 mil.

Quem passou a GANHAR ATÉ R\$ 5 MIL em 2026? PRECISA DECLARAR AGORA?

Depende. A isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês vale a partir de janeiro de 2026, ou seja, para os rendimentos deste ano. Como a declaração de 2026 se refere ao ano-base 2025, quem estava isento em 2025 (renda até R\$ 3.036) pode não precisar declarar agora, mas quem ganhava acima disso e passou a receber menos em 2026 precisa verificar se se enquadra nas regras de obrigatoriedade com base nos rendimentos de 2025.

IMPORTANTE: mesmo os trabalhadores que se beneficiam da isenção em 2026 terão que declarar o IR normalmente em 2027 (ano-base 2026), a não ser que se enquadrem nas novas regras de dispensa.



Como fica quem recebe entre **R\$5.001 e R\$7.350?**

Para quem tem renda mensal entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350, as novas regras preveem uma redução gradual do imposto — maior para valores próximos a R\$ 5 mil, menor conforme a renda se aproxima de R\$ 7.350.

TABELA DE REDUÇÃO MENSAL (A PARTIR DE 2026)

Fonte: <https://www.gov.br/receita-federal/pt-br>

Rendimentos tributáveis mensais Redução do imposto

Até R\$ 5 mil, alíquota 0%.

De R\$ 5.000,01 a R\$ 7.350 0-- (redução parcial do imposto — menor redução conforme a renda se aproxima dos R\$ 7.350).

EXEMPLO: (PROJEÇÃO)

Salário de R\$ 6.000: imposto mensal cai de R\$ 574,29 para R\$ 394,54 (economia de R\$ 179,75)

Salário de R\$ 6.500: economia aproximada de R\$ 1.470 por ano

Salário de R\$ 7.000: economia em torno de R\$ 600 por ano

IMPORTANTE: Esses descontos já estão sendo aplicados na folha de pagamento desde janeiro de 2026, com reflexo nos salários pagos a partir de fevereiro. Mas na declaração de 2026 (ano-base 2025), essas regras ainda não valem.

A FARRA DOS JUROS

O Brasil mantém a triste posição de ter a 2ª maior taxa de juros reais do mundo, um fardo que pesa nas costas do trabalhador e trava a economia. Desde o início de seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, enfrentam uma batalha difícil: a autonomia do Banco Central (BC) e a herança de uma política monetária agressiva. A esperança de que a posse de Gabriel Galípolo na presidência do BC há cerca de um ano sinalizasse um alinhamento entre a política monetária e as necessidades sociais do país, infelizmente, não se concretizou. A promessa de colocar a economia nos trilhos, sem descarrilar os programas sociais, parece ter se perdido em um conto de fadas que não chegou aos bolsos da população.

Como explicar que, com mais gente trabalhando e ganhando mais, o endividamento disparou?

O PARADOXO QUE O DIEESE AJUDA A EXPLICAR

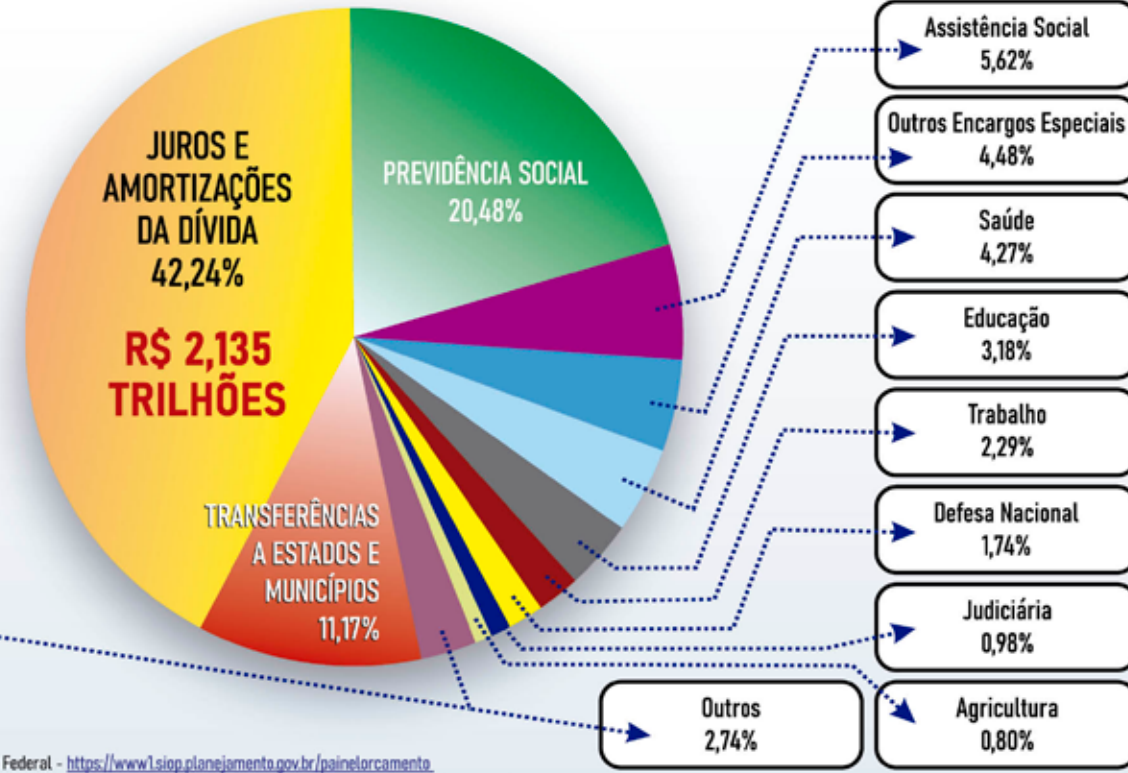
Se a taxa básica (Selic) se mantém em 14,75% ao ano, a facada no bolso do contribuinte vem por outro lado. Dados do próprio Banco Central mostram que, para as famílias, o castigo é ainda pior: os juros médios cobrados pelos bancos dispararam para 61% ao ano. Enquanto isso, o rotativo do cartão de crédito atingiu a estratosférica marca de 438% ao ano em dezembro de 2025, recuando ligeiramente para 424,5% em janeiro de 2026.

Mas o que esses números significam na prática? O Dieese, em parceria com os Sindicatos, tem produzido análises fundamentais para entender esse cenário. A inadimplência no rotativo do cartão de crédito atingiu 64,7% em dezembro de 2025 — o maior patamar da série histórica iniciada em 2011, segundo o BC.

E aqui está o paradoxo que confunde analistas: tudo isso aconteceu apesar do Brasil ter fechado 2025 com taxa de desemprego de 5,6% (a menor desde 2012) e renda média real em alta de 5,7% (chegando a R\$ 3.560).

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443



FONTE: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.sioop.planejamento.gov.br/painelorcamento>.
ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).
NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R\$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentre as quais as "Emendas Pix", no valor de R\$ 6,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Raio X das Emendas Parlamentares".

O "dreno" da DÍVIDA PÚBLICA

O Dieese também já se manifestou sobre a raiz do problema fiscal brasileiro. Em dezembro de 2024, a instituição publicou estudo confirmando a análise da Auditoria Cidadã da Dívida: o verdadeiro motivo do desequilíbrio fiscal não são os gastos sociais, mas o pagamento dos juros da dívida pública.

O Dieese estimou que, em 12 meses, foram pagos R\$ 869,3 bilhões aos detentores da dívida. A análise alerta:

"Nem de longe os valores aqui estimados se comparam ao contínuo dreno das despesas com o pagamento de juros da dívida pública".

A conclusão do Dieese é a mesma que a sua: as medidas de ajuste fiscal sempre recaem sobre os trabalhadores, enquanto o núcleo duro do problema — a financeirização do orçamento público — permanece intocado.

OS BANCOS: lucros recordes

Enquanto as famílias sangram, o sistema financeiro comemora. A Pesquisa do Dieese, com base no Caged, revela uma contradição escancarada: em 2025, Itaú, Santander e Bradesco lucraram juntos R\$ 87 bilhões. No mesmo período, o setor bancário eliminou 8.910 postos de trabalho.

Os bancos múltiplos privados (como Itaú, Bradesco e Santander) figuraram como a segunda atividade econômica que mais demitiu no país.



O CUSTO DE VIDA que corrói o salário

O Dieese também produz mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Em janeiro de 2026, o custo da cesta básica subiu em 24 das 27 capitais brasileiras. Em São Paulo, por exemplo, o trabalhador que ganha salário mínimo (R\$ 1.621) precisou dedicar 100 a 110 horas de trabalho, apenas para comprar a cesta básica — o que compromete 49,54% do salário líquido só com alimentação.

OU SEJA: o aumento da renda foi devorado pela inflação dos itens essenciais. O café em pó acumulou alta de 32,46% em 12 meses, o tomate subiu 26,51%, e a batata 17,03%. Para manter o padrão de vida, as famílias recorrem ao cartão de crédito como extensão do salário — e quando a fatura vence, a falta de renda suficiente para pagamento integral às joga no rotativo, o poço sem fundo dos juros compostos.



AS NOVAS REGRAS: avanço ou paliativo?

Em resposta a esse cenário, o governo federal consolidou em 2026 as regras que limitam o crescimento das dívidas do cartão de crédito. Pela nova legislação, o valor total cobrado do consumidor não pode ultrapassar o dobro do valor original da fatura. Na prática, uma dívida de R\$ 1.000 fica limitada a R\$ 2.000, encerrando a lógica de crescimento ilimitado que marcou o crédito rotativo por décadas.

Ao sancionar a medida, o presidente Lula declarou que o crédito rotativo operava como "uma espécie de agiotagem institucionalizada". As instituições financeiras agora são obrigadas a apresentar faturas mais transparentes e garantir o direito à portabilidade da dívida.

Mas a medida, embora necessária, é suficiente? O teto de 100% ainda permite que o banco dobre o valor devido pelo consumidor. Em qualquer outro setor da economia, isso seria considerado extorsão. No sistema financeiro, é tratado como "regulação".

Então, de quem é a culpa?

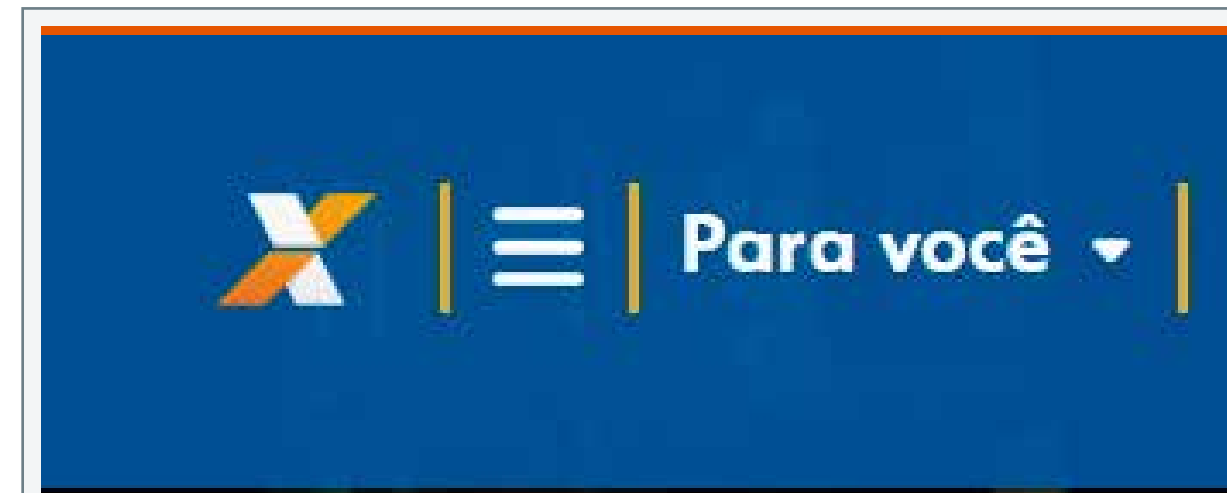
Fica a nítida impressão de que, independentemente de quem esteja no Planalto ou no comando do Banco Central, o desenho das políticas atende, prioritariamente, aos interesses do sistema financeiro. Tanto o governo federal quanto a autarquia monetária parecem reféns de uma lógica que engorda os rentistas e prejudica severamente o povo brasileiro, que paga os impostos e consome crédito.

Não se trata apenas de trocar o comando do BC. Acreditar que uma nova liderança seria capaz de, sozinha, alinhar os juros às políticas de desenvolvimento social foi uma inocência que não cabe a um governo eleito com a missão de mudar o país. O sistema é implacável e os números mostram o resultado: a dívida do país só cresce.

Quando analisamos o bolo de gastos do governo, uma fatia significativa e crescente é destinada ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. O rombo nas contas públicas, que fechou 2025 com déficit de R\$ 43 bilhões, é a pá de cal que financia a farra dos banqueiros. Entra governo, sai governo, e os únicos que se dão bem são os mesmos de sempre.

Enquanto o país debate medidas paliativas — como o teto para a dívida do cartão ou as tentativas de controlar os juros do consignado —, o sistema financeiro comemora mais um dia de lucros recordes. O único furo que não se vê é o que realmente importa: o do bolso do trabalhador brasileiro.

A Farra do Consignado: O Presente do Governo aos Bancos e a Armadilha para o Seu Bolso



A Hipocrisia dos Bancos Públicos: Por que BB e Caixa Não Dão o Exemplo?

Um dos argumentos mais usados pelo governo para justificar a farra do consignado é que a “concorrência” entre os bancos faria os juros baixarem. Mas onde entra o poder de fogo dos bancos públicos nessa concorrência?

Em vez de liderarem uma cruzada contra os juros altos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal preferem surfar na onda da lucratividade fácil, pra-

ticando taxas que rivalizam (e às vezes superam) os bancos privados.

Se a Caixa e o BB reduzissem agressivamente suas taxas para o consignado CLT, usando o menor custo de captação que têm por serem gigantes estatais, eles forçariam o Itaú, Bradesco e Santander a acompanharem o movimento. Mas não é isso que acontece. Eles preferem lucrar com a miséria alheia.

Juros do Consignado Público vs. Juros do BNDES

Enquanto o trabalhador que ganha um salário mínimo paga taxas astronômicas para pegar R\$ 1.000 emprestados, as grandes indústrias e megacorporações pegam bilhões no BNDES com

juros subsidiados, que muitas vezes não cobrem nem a inflação. É a inversão total da lógica: quem tem menos paga mais, e quem tem muito paga quase nada.

O “Banco dos Pobres” é dos Ricos? A Caixa, que tem como lema ser o banco de todos os brasileiros, especialmente dos mais humildes, cobra do trabalhador CLT uma taxa anual que pode chegar a 51%. Isso significa que, em menos de dois anos, o valor pago dobra a dívida inicial. Não há solidariedade ou função social nessa conta.

Banco do Brasil: Lucro Recorde às Custas do trabalhador: O Banco do Brasil frequentemente anuncia

lucros bilionários. Em 2025, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 38 bilhões, um recorde histórico. Parte significativa desse lucro vem da carteira de crédito consignado, que é a mais rentável e segura do banco. Com a desculpa de “remunerar o acionista” (o governo é o principal), o BB prefere cobrar 3% ao mês do trabalhador a oferecer crédito barato e cumprir um papel anticíclico.

A Farra do BNDES: Enquanto

isso, no BNDES, o dinheiro público é usado para financiar o agro, a produção de máquinas e a expansão de grandes grupos econômicos a taxas que beiram a metade da inflação. *Uma empresa que fatura bilhões consegue crédito a 0,7% ao mês, enquanto um pedreiro que quer comprar uma moto para trabalhar paga 3,5% ao mês ou mais. É a prova de que o sistema financeiro nacional não é movido a risco, mas a poder de barganha e lobby.*

Por que Eles Não Baixam os Juros?

A resposta é simples: ganância institucionalizada. Os bancos públicos são cobrados pelo Tesouro Nacional para dar lucro e distribuir dividendos.

Em um cenário de aperto fiscal, o governo precisa que a Caixa e o BB sejam lucrativos para fechar as contas. Mas a grande pergunta que fica é: até que ponto o lucro de um banco público pode ser construído sobre as costas do traba-

hador que mais precisa?

Em vez de serem a “ponta de lança” de uma política de juros justos, BB e Caixa atuam como cartéis, mantendo suas taxas artificialmente altas para não “estragar o mercado” para os bancos privados e, ao mesmo tempo, garantir suas margens de lucro. É o pior dos dois mundos: o trabalhador não tem o amparo do estado e ainda paga caro por isso.

Recentemente, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, lançou o programa “Crédito do Trabalhador” com a promessa de ser a solução definitiva para os abusos dos juros no empréstimo consignado para celetistas. Mas, por trás do véu da “inclusão financeira”, o que se vê é um verdadeiro cheque em branco dado ao sistema financeiro, usando como garantia o dinheiro mais sagrado do trabalhador: o seu salário, o FGTS e a multa rescisória.

A ideia, em tese, parece boa: usar a estrutura da Carteira de Trabalho Digital e do eSocial para facilitar o acesso ao crédito com juros mais baixos, já que o desconto é em folha. No entanto, a farra está autorizada e os “lobos da Faria Lima” já estão de olho no osso. Vamos aos fatos e números que ninguém nos grandes portais mostra com a devida crítica.

O Primeiro Absurdo:

A Margem que Compromete a Vida

O primeiro ponto é o limite de endividamento permitido. A orientação de qualquer educador financeiro sério é que as dívidas não comprometam mais de 20% a 30% da renda líquida mensal para que haja sobra para despesas básicas, lazer e emergências. No entanto, a legislação, sob a benção do ministério, autoriza o trabalhador a comprometer até 35% do seu salário líquido.

É NÃO É SÓ ISSO. Essa margem é dividida em “gavetinhas” que somam **45%**, criando um **labirinto de dívidas:**

- 35% para empréstimos tradicionais (o dinheiro vivo na conta).
- 5% para o cartão de crédito consignado (RMC).
- 5% para o cartão de benefício (RCC).

Na prática, um trabalhador que ganha um salário mínimo líquido de R\$ 1.499,42 (após desconto do INSS) em 2026, pode ter uma parcela de empréstimo de até R\$ 524,80 por mês, mais despesas de cartões. Some isso ao custo de vida, e o trabalhador se vê preso em um ciclo vicioso, pagando dívida com dívida.

Enquanto o consignado para aposentados do INSS tem taxas que giram em torno de 1,5% a 1,8% ao mês, o consignado privado (CLT) é tratado como primo pobre. As taxas praticadas em 2025/2026 são um verdadeiro tapa na cara do trabalhador que mais precisa.

Enquanto a taxa básica de juros (Selic) não dá sinais de queda, os bancos insistem em empurrar taxas que beiram a usura. Fontes do setor indicam que a justificativa é o maior risco de inadimplência na iniciativa privada em comparação ao setor público, mas o que vemos é a falta de concorrência real e o abuso do poder econômico.

Associado da categoria: R\$ 44,65
Taxa de adesão do associado da categoria: R\$ 31,50
O valor da mensalidade é descontado mensalmente em folha de pagamento.

Associado voluntário: R\$ 100,00
Taxa de adesão do associado voluntário: R\$ 52,50

O 1º pagamento deverá ser efetuado no ato da inscrição, os demais por meio de boleto bancário ou diretamente na sede do Sindicato.

Valores atualizados a partir de 01 de novembro de 2025.

COMO SER SÓCIO

QUALQUER TRABALHADOR DA CATEGORIA PODE TORNAR-SE SÓCIO.

Quem não é trabalhador da categoria, também pode associar-se ao SindiQuímicos, na categoria de sócios voluntários.

SALÕES DE FESTAS E EVENTOS

SEDE/GUARULHOS



CLUBE DE CAMPO



COPA COM GELADEIRA E MICRO-ONDAS

Consulte os valores de reserva com departamento de benefícios!

2463-9072 | 2463-9073

ARENA SINDIQUÍMICOS



FUTSAL

VÔLEI

Rua: Iraci Santana, 31

DISPONÍVEL PARA LOCAÇÃO
RESERVAS: (11) 2463-9072



FIQUE SÓCIO DO SINDIQUÍMICOS, FORTALEÇA SUA CATEGORIA E AMPLIE SUAS CONQUISTAS

O Custeio Sindical é fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores objetivando **FORTALECER E CONQUISTAR MELHORES SALÁRIOS**, benefícios e condições de trabalho. Toda a vez que o Sindicato obtém conquistas para o setor, as vantagens obtidas na negociação não ficam restritas aos sócios: por força de lei, elas são estendidas a todos que fazem parte da mesma classe econômica, indistintamente.

Um movimento sindical forte é essencial para a organização coletiva da sociedade civil e para a defesa dos princípios éticos

cos e democráticos. Mas sem o Custeio Sindical, o Sindicato fica impossibilitado de desenvolver seu papel que é, garantir **REAJUSTES SALARIAIS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS** que hoje você recebe.

O CUSTEIO SINDICAL SERVE PARA MANTER E FORTALECER O SINDICATO, E ASSEGURA QUE CONTINUEM EXERCENDO SEU PAPEL.

O Custeio Sindical é utilizado nas despesas com serviços de interesse da categoria: **CAMPANHAS SALARIAIS, AÇÕES JUDICIAIS**, visitas nas empresas, serviços de assessoria jurídica

e comunicação, salários dos funcionários da entidade, atendimento odontológico, convênios e manutenção da Sede, Sub-sedes, Clube de Campo, Colônia de Férias e toda a sua infraestrutura, de uso da categoria. Toda essa estrutura só é viável com a efetiva participação dos trabalhadores **POR MEIO DO CUSTEIO SINDICAL.**

Nosso recado para você trabalhador é: **torne-se associado, seja participativo nas assembleias, nas negociações, e leve ao seu Sindicato a sua contribuição. É importante que todos estejam organizados em torno da defesa dos direitos trabalhistas.**

MÊS DO TRABALHADOR

27º FESTIVAL DE FUTSAL

DIAS 29 E 30 DE MAIO/2026

INSCRIÇÕES: ATÉ DIA 20/05/2026



REALIZAÇÃO



SINDIQUÍMICOS



INFORMAÇÕES

11-93460-1897

APOIO: MAG RESTAURANTE

SINDIQUIMICOS

SINDIQUIMICOS.ORG.BR

LINHA DIRETA: 1197481-7636



Colônia de Férias



Os protocolos de segurança devem ser seguidos durante sua estadia



Colônia de Férias

HOSPEDAGEM

Mínimo três diárias: R\$ 44,50 por pessoa a diária (Sócio, dependentes e filhos até 21 anos)

Mínimo duas diárias: R\$ 50,00 por pessoa a diária (Sócio, dependentes e filhos até 21 anos)

Estacionamento:* a partir do 2º veículo por apto R\$ 45,00 por período

DUAS DIÁRIAS

Parente: R\$ 100,00 (diária) – (pai, mãe, irmãos, sogro, sogra, nora, genro, neto e filhos maiores de 21 anos do titular).

Amigos: R\$ 111,00 (diária) – outros

Convidados com até 10 anos de idade terá um desconto de 50%.

TRÊS DIÁRIAS

Parente: R\$ 90,00 (diária) – (pai, mãe, irmãos, sogro, sogra, nora, genro, neto e filhos maiores de 21 anos do titular).

Amigos: R\$ 105,00 (diária) – outros

Convidados com até 10 anos de idade terá um desconto de 50%.

Filhos de associados e dependentes legais até 05 anos não pagam (acompanhado do sócio)

Pai, Mãe, Sogro e Sogra acima de 70 anos 50% de desconto (acompanhado do sócio)

Hospedagem Colônia: Crianças acima de 05 anos até 10 anos será cobrado 50% do valor.

Churrasqueiras: R\$ 52,50

*ESTACIONAMENTO DA COLÔNIA DE FÉRIAS

As regras valem para CARROS, MOTOS, e qualquer outro tipo de veículo.

Novas regras em sua utilização para melhor atender os usuários. Cada apartamento terá direito a uma vaga no estacionamento e os veículos adicionais pagarão R\$ 45,00 por período. Informações no departamento de BENEFÍCIOS – 2463-9072

*Senhores usuários, veículos que não sejam de passeio devem obter autorização prévia, evitando assim constrangimentos desnecessário ao chegar na Colônia de Férias



NOVAS CHURRASQUEIRAS VIPS

com Freezer, Pia e mesa

Diárias de apenas R\$ 52,50
A reserva é feita na recepção da Colônia de Férias



PLANO DE SAÚDE ABERTURA PARA ADESÕES

Condições exclusivas para os associados do SINDIQUÍMICOS:

A partir de agora você poderá contratar seu plano de saúde com a operadora **HBC SAÚDE**.

Confira as principais coberturas:

- Urgência e Emergência 24h;
- Consultas Eletivas;
- Exames Simples e Complexos;
- Cirurgias e Internações;
- Terapias;
- Parto;

ATENÇÃO:

A partir de 01/07/2026
os valores serão
corrigidos em 4,17%

TABELA

Trabalhadores (as), essa é uma grande oportunidade de você ter um plano de Saúde de qualidade e garantir bem-estar da sua família. Essa conquista do SindiQuímicos marca o comprometimento da nossa diretoria com a Categoria.

0 a 18 anos	146,90	39 a 43 anos	331,70
19 a 23 anos	220,40	44 a 48 anos	417,40
24 a 28 anos	244,90	49 a 53 anos	564,30
29 a 33 anos	258,20	54 a 58 anos	607,70
34 a 38 anos	307,20	Acima 59 anos	919,40

Agendamento de consultas pela Central de Marcação de consultas HBC Saúde: 0800 770 0422 / 11 2442-3344.
Exame de baixa e média complexidade não é necessário guia para a sua realização, com o pedido do médico, credencial do convênio e documento com foto o paciente poderá se encaminhar diretamente ao Laboratório Deliberato na Rua Presidente Prudente, 267 - Centro de Guarulhos próximo ao 1º Distrito Policial de Guarulhos. Para outras unidades do laboratório acesse o site www.deliberato.com.br



11 98837-5413

(11) 2463-9061

beneficios@sindiquimicos.org.br

UNIDADE SATI

Atendimentos realizados em nosso Centro Médico SATI

Av. Guarulhos, 239 - Gopoúva | Guarulhos/SP

Informações: 0800 770 0422

ANS Nº 414352



COMO SER SÓCIO

QUALQUER TRABALHADOR DA CATEGORIA PODE TORNAR-SE SÓCIO.

Quem não é trabalhador da categoria, também pode associar-se ao SindiQuímicos, na categoria de sócios voluntários.